



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo Nº: 62**

**Município de Capão da Canoa**

**Câmara de Vereadores de Capão da Canoa**

**Objeto de Contratação:** Empresa especializada para aquisição de materiais para serviço de manutenção para Câmara Municipal e Biblioteca de Capão da Canoa.

**DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei nº 14.133/2021)**

1.1 Aquisição de materiais de manutenção faz-se necessário para garantir o adequado funcionamento, conservação e segurança das instalações físicas e equipamentos da Câmara. Tais materiais são essenciais para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, visando evitar a deterioração do patrimônio público, reduzir custos com reparos emergenciais e assegurar um ambiente de trabalho adequado aos servidores, parlamentares e ao público em geral. Além disso, a ausência de manutenção adequada pode gerar riscos aos servidores, vereadores e cidadãos que frequentam as dependências da Câmara, faz-se necessária a aquisição imediata dos materiais de manutenção para evitar danos maiores, prejuízos operacionais e custos adicionais decorrentes, nos termos da tabela abaixo, conforme:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor unitário	Valor total
01	01	sc	Cimento cola AC 2 20kg	R\$ 21,86	R\$ 21,86
02	02	sc	Massa multiuso para cerâmica 20kg	R\$ 22,15	R\$ 44,30
03	01	kg	Rejunte branco para cerâmica de 1kg	R\$ 9,04	R\$ 9,04
04	01	unid	Desempenadeira de plástico, tamanho 27x14	R\$ 19,51	R\$ 19,51
05	04	cx	Fechadura ext perfil estreito porta ferro	R\$ 81,22	R\$ 324,88
06	04	unid	Torneira lavatório metal automática	R\$ 255,78	R\$ 1.023,12

1.2.O(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como bens comuns.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.442,71 (Hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.



**Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).**

2.1 A aquisição dos materiais de manutenção para Câmara Municipal e Biblioteca, visa atender reparos e consertos do ambiente interno e externo da Câmara de Vereadores e biblioteca.

Os materiais a serem adquiridos destinam-se à manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, elétricas e hidráulicas, bem como pequenos reparos estruturais indispensáveis à continuidade das atividades legislativas e administrativas.

Dessa forma, a compra sem registro de preços atende aos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público**, sendo necessária para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').**

3.1 Os materiais ora pretendidos caracterizam-se como **materiais de consumo**, tendo em vista seu uso contínuo, desgaste natural, atualização periódica e necessidade de substituição, não sendo passíveis de incorporação ao patrimônio público como bens permanentes.

Dessa forma, a gestão do ciclo de vida dos materiais de consumo de uso comum deve priorizar o planejamento adequado das aquisições, garantindo economicidade, eficiência administrativa e a continuidade das atividades da Câmara Municipal, em conformidade com os princípios da administração pública e a legislação aplicável.

Tais materiais, argamassa, torneiras e fechaduras, etc, são **consumidos gradativamente até o seu total esgotamento**, não sendo passíveis de reutilização após o uso, nem incorporados ao patrimônio permanente da Câmara.

O ciclo de vida desses materiais compreende as etapas de **aquisição, armazenamento temporário, utilização e descarte**, sendo este último realizado conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes. Devido à sua natureza perecível ou de uso contínuo, não apresentam vida útil prolongada, exigindo **reposições periódicas** para garantir a manutenção e Preservação do patrimônio público; Segurança dos usuários da higiene, limpeza e funcionamento adequado das dependências da Câmara, incluindo áreas administrativas, copa e espaços de atendimento ao público.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21).**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Seguir os termos padrão do contrato;

A entrega dos itens deverá ocorrer em até 24hs após a solicitação de entrega.

- Pagamento somente após serviço realizado, com emissão de empenho;
- Prestar à Contratada toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do processo;
- Realizar pagamento à Contratada de acordo com a proposta apresentada.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O prazo de entrega será de até 24hs, após o envio do empenho.

5.2. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).**

**6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º).

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

6.1.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.7. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, § 1º).

6.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, § 1º).

6.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, § 3º).

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).**

7.1. O objeto detalhado neste termo de referência é descrito como comum. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, utilizando, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

**8. DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:**

8.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal, e será realizado através de depósito em conta bancária de titularidade da empresa fornecedora, sendo vedada a emissão de títulos ou boletos pela empresa contratada.

**9. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:**



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

9.1 O serviço será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal de contrato, servidor Guilherme Brandão, conforme Portaria designado pelo Diretor da Câmara.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Capão da Canoa – RS.

10.2 Dotação, conforme informações da tesouraria.

## **11. PESQUISA DE PREÇOS**

11.1 O valor estimado da contratação é R\$ 1.442,71 (Hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), considerando-se o valor médio apurado nos orçamentos retornados, nos contratos de entes públicos e obtidos junto a potenciais fornecedores.

11.2 O valor do serviço será pago mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões atualizadas federal, estadual e municipal, sendo todos encaminhados pelo e-mail:

## **12. PRAZO DE VIGÊNCIA**

12.1 O prazo de vigência da contratação é de entrega imediata contados da sua publicação, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

13.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 , do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional;

13.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.10. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

13.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

13.15. Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); Qualificação Técnica

13.16. Declaração Unificada;

13.17. Certidão negativa correcional da empresa e dos sócios (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) , mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

13.18. Certidão emitida pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



**Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa**

**14. LOCAL E SERVIÇO**

14.1 O serviço será realizado na Câmara Municipal de Capão da Canoa , localizado na Av: Rudá nº 745, bairro: centro, Capão da Canoa -RS, CEP: 95555-000.

Capão da Canoa/RS, 19 de março de 2026

**Cátia C. Pereira Gomes**  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
Chefe de Gabinete da Presidência

**Luis Fernando Nunes**  
RESPONSÁVEL  
Diretor Geral